

MERCADO, TECNOLOGIA E SOCIALISMO:
notas sobre a rodada atual de um debate histórico

Eduardo da Motta e Albuquerque (Cedeplar-UFMG, albuquer@cedeplar.ufmg.br)

RESUMO: Este artigo introduz e apresenta duas propostas representativas da atual rodada de debates sobre o socialismo (Roemer, 1994 e Burczak, 2006) e as discute criticamente. A atual rodada de debates sobre o socialismo foi aberta com o colapso da experiência burocrática da URSS. Uma característica da rodada atual é a influência de Hayek. Um dos argumentos mais importantes para o papel do mercado nesses modelos de socialismo é a sua contribuição para o progresso tecnológico. Este artigo avalia os termos do debate atual, uma introdução a uma sugestão de novos termos para esse debate.

ABSTRACT: This paper reviews two elaborations on alternatives to capitalism (Roemer, 1994 e Burczak, 2006). The present round of the controversy on socialism, plan and market was triggered by the collapse of the bureaucratic regime in the URSS. One feature of the present round is the influence of Hayek. One important argument for the important role of markets in these models of socialism is technology – seen as a product of market forces. This paper evaluates the present round as an introduction to a suggestion of new terms for this important debate.

INTRODUÇÃO

A importância do tema do socialismo na teoria acadêmica pode ser sintetizada por uma formulação de Buchanan (1991) – o século XX foi o século do socialismo. As discussões atuais sobre o socialismo são apenas uma parte de uma controvérsia acadêmica muito mais ampla. Para melhor localizar o debate atual, este artigo utiliza-se a periodização dessas discussões apresentada em trabalho anterior (Albuquerque, 2008), que as agrupa em quatro rodadas: 1) entre 1908 e 1945, o debate sobre o “cálculo econômico no socialismo”, no qual os interlocutores mais importantes foram Barone, von Mises, Lange e Hayek; 2) entre 1926 e 1929, o “grande debate” sobre a industrialização na Rússia soviética, entre Preobrajensky e Bukarin; 3) entre 1983 e 1991, o debate estimulado pela era Gorbachov, sobre plano, mercado e democracia, envolvendo Alec Nove, Ernest Mandel, Diane Elson; 4) a partir de 1991 o debate sobre o socialismo de mercado: os autores mais importantes são Roemer, Stiglitz e E. O. Wright.

O fim da URSS, da experiência stalinista e variantes, ao invés de terminar com o debate acadêmico sobre o tema, abriu uma nova fase e despertou novos temas. A bancarrota da URSS abriu pelo menos quatro novas linhas de investigação acadêmica: 1) balanços da experiência da URSS (bons exemplos dessa linha são os trabalhos de Nove, 1992 e Kornai, 1992); 2) discussões sobre como a teoria econômica lidou com o tema ao longo do século XX (bons exemplos são os trabalhos de Stiglitz, 1991 e Boettke, 2001); 3) trabalhos derivados da abertura de arquivos da antiga URSS (Gregory, 2004; Gregory e Harrison, 2005); 4) um novo campo especializado na transição das economias do Leste para a economia de mercado (Kornai, 2000), que também investiga a natureza dos regimes econômicos dela resultantes (King e Széleányi, 2005).

Além dessas novas quatro linhas, a bancarrota da URSS revigorou a discussão de alternativas socialistas, em especial, estimulou uma profusão de modelos de socialismo de mercado. Essa rodada ocupa páginas de prestigiosas revistas como o *Journal of Economic Perspectives* (ver Bardhan e Roemer, 1992; Shleifer e Vishny, 1992), o *Journal of Economic Literature* (Putterman et al., 1998), o *Cambridge Journal of Economics* (Milonakis, 2003), além da *New Left Review* (Blackburn, 1991).

A bancarrota da URSS também estimulou a Escola Austríaca a desenvolver diversas contribuições para o debate sobre o socialismo: inúmeros convites para a

reabertura dos debates sobre o “cálculo econômico sob o socialismo” (Caldwell, 1997),¹ novas interpretações sobre a experiência soviética (Boettke, 2001) e de outros países do Leste (Prychitko, 2002).

Finalmente, essa quarta rodada do grande debate entre plano e mercado realiza-se em um contexto político e intelectual bastante distinto dos três anteriores, especialmente por representar o ápice da influência de Hayek (Albuquerque, 2008, p. 386).

O tratamento acadêmico do socialismo envolve pelo menos seis sistematizações teóricas: 1) localizar o tema do socialismo na teoria econômica dos séculos XIX, XX e XXI; 2) realizar um balanço abrangente da experiência da URSS e demais países do Leste Europeu;² 3) avaliar o processo histórico da China; 4) um balanço dos processos de burocratização e de adaptação aos limites da sociedade capitalista dos partidos socialistas europeus; 5) discutir a fraqueza histórica dos partidos de esquerda nos Estados Unidos e 6) tratar de forma sistemática as análises da Escola Austríaca e sua influência sobre as propostas atuais em torno do socialismo de mercado.³

Este artigo tem um objetivo limitado: apresentar tópicos dos debates atuais sobre a questão do socialismo, concentrando-se no tópico 6 da lista acima. Ao final deste artigo, será possível apresentar, conforme o convite dos autores da Escola Austríaca, uma alternativa para os termos da retomada desse debate.

1- HAYEK, MERCADO E O “PROBLEMA DO CONHECIMENTO”

A definição dos novos termos do debate envolve uma visão crítica de pontos centrais da elaboração da Escola Austríaca, em especial a visão sobre a natureza do

¹ Kirzner (1988, p. 1) ressalta a importância dos debates entre 1908 e 1945 como um elemento impulsionador da elaboração teórica da Escola Austríaca.

² Nesse balanço é crucial discutir porque o resultado da bancarrota das burocracias do Leste Europeu foi a restauração da economia de mercado e não a transição para uma forma mais democrática de organização social não-capitalista. É interessante anotar que Mandel (1989), nessa análise realizada durante o período Gorbatchov, avalia quatro cenários, dentre os quais não consta a restauração do capitalismo. Essa alternativa, entretanto, é avaliada por Trotsky (1937), em seu livro *A revolução traída*. Nesse livro, Trotsky destaca a superioridade econômica e tecnológica do capitalismo, considera a “intervenção das mercadorias a baixo preço” como o maior perigo para a URSS (p. 11) e pergunta se “os êxitos econômicos e culturais obtidos previnem-nos do perigo de uma restauração capitalista?” (p. 34). O final da URSS, em 1991, responde essa pergunta de Trotsky. A dinâmica da bancarrota das burocracias pode contribuir para uma reavaliação crítica da visão de Trotsky sobre a natureza do Estado soviético. Para uma avaliação da discussão sobre a natureza econômica da URSS, ver Szelenyi et al. (1995).

³ Esse roteiro foi proposto em trabalho anterior (Albuquerque, 2005), que também apresenta uma discussão inicial de um balanço da URSS, com ênfase na dimensão tecnológica. Em outro trabalho (Albuquerque, 2008) inicia-se a discussão do primeiro tema.

mercado na sociedade capitalista. Essa visão crítica é importante também porque boa parte das propostas atuais de socialismo de mercado contém (explícita ou implicitamente) a aceitação da interpretação de Hayek sobre o mercado. Uma delas chega a propor ser Hayek uma das vertentes básicas para a construção de uma alternativa de socialismo, ao lado de Marx e de Aristóteles (Burczak, 2006, p. 4).⁴

Esta seção comenta criticamente duas questões: em primeiro lugar, o chamado “problema informacional” (ou problema do conhecimento), que afetaria a economia socialista definindo a sua impossibilidade, em segundo lugar, uma consequência dessa formulação, a apresentação de uma associação entre mercado e complexidade da sociedade. Em outro trabalho é apresentada uma interpretação da postura mais geral de Hayek como um adversário de quaisquer “germes visíveis” dessa futura sociedade (Albuquerque, 2010).

A trajetória de Hayek inicia-se com a sistematização das posições de von Mises na controvérsia sobre o cálculo socialista (1935), passa ao ataque de propostas de socialismo de mercado (1940), ataca as políticas relacionadas ao *New Deal* (1944), chega a uma crítica a políticas keynesianas em geral (1974) e aos sistemas de bem-estar social em particular (1976a).

Em relação à primeira questão, o “problema do conhecimento”, este se transformou em um tópico aceito de forma pouco crítica nos debates atuais. A importância desse ponto é perceptível na elaboração de Burczak (2006, p. 2).

O “problema do conhecimento” é definido por Lavoie (1985a), a partir da elaboração de Hayek (1937, 1940 e 1945) durante o debate sobre o “cálculo socialista”.⁵

O problema do conhecimento deriva-se da complexidade da economia que não pode ser capturada por nenhum agente econômico central, dada a multiplicidade de informações parciais detidas por milhões de diferentes agentes econômicos (consumidores, produtores, comerciantes, etc). Quem realiza a composição desses milhões de diferentes planos individuais é o mercado, através do mecanismo de preços, que é capaz de sintetizar as informações relevantes e necessárias para agentes

⁴ Adaman e Devine (1997), anteriormente, apresentaram uma proposta de “modelo austríaco de socialismo de mercado”.

⁵ “The knowledge problem is the contention that a central planning board, even if well intentioned, would lack the knowledge to combine resources in a manner that is economic enough to sustain modern technology” (Lavoie, 1985a, p. 52).

econômicos decidirem suas escolhas. Essa formulação de Hayek, que elabora a partir de intervenções anteriores de von Mises (1920), cumpre dois papéis no debate: em primeiro lugar, ataca a possibilidade de um planejamento central da economia, pois nenhum planejador central será capaz de deter todas as informações necessárias nem de processá-las adequadamente (crítica ao modelo stalinista de planejamento central burocrático, então em vigência)⁶ -; em segundo lugar, no confronto com os modelos de Lange, essa formulação critica a possibilidade de reproduzir de forma computacional a ação do mercado, implícita em modelos de socialismo de mercado. A conclusão política nos dois casos é a necessidade de mercados operando livre e plenamente para a existência de racionalidade econômica.

Essa elaboração de Hayek é resultado de intervenções na polêmica, durante as quais – isso parece ser um elemento importante da Escola Austríaca – os argumentos se aperfeiçoam.⁷

Em um primeiro texto (Hayek, 1937), é apresentado o início de sua argumentação, ao considerar a questão da informação e de sua divisão como a questão econômica chave (p. 50). A informação e o conhecimento estão dispersos pela economia e os indivíduos apenas podem deter e ter acesso a partes e fragmentos dessa massa de informação e conhecimento. Por isso, a questão principal da economia é a “interação espontânea” de inúmeras pessoas, cada uma possuindo apenas “fragmentos de conhecimento e informação” que resulta em uma situação na qual “os preços correspondem aos custos” (p. 50). Essa natureza do conhecimento e da informação inviabiliza que qualquer agência da sociedade detenha toda informação relevante – uma introdução aos problemas do “planejamento central”. Em uma colocação que sintetiza a elaboração desse texto, afirma Hayek: “How can the combination of fragments of knowledge existing in different minds bring about results which, if they were to be brought deliberately, would require a knowledge on the part of the directing mind which no single person can possess?” (p. 54).

⁶ A crítica aos problemas do planejamento centralizado, burocrático e autoritário da URSS foi realizada por Trotsky, desde a década de 1920 (ver Nove, 1981).

⁷ Seria interessante observar que o tom de Hayek contra a abordagem do equilíbrio geral cresce na medida em que os textos se sucedem. O que está em curso, de forma paralela, é o desenvolvimento da visão de mercado por Hayek, que o faz distanciar-se crescentemente da visão apresentada pela abordagem do equilíbrio geral. É importante lembrar que a elaboração de Taylor e Lange apoia-se na abordagem do equilíbrio geral.

Nesse estágio da elaboração de Hayek, já estão presentes os elementos mais importantes de sua visão do conhecimento (disperso entre indivíduos que detêm apenas fragmentos), a impossibilidade de uma “única mente” deter todo o conhecimento relevante (o que, por um lado, define a impossibilidade do planejamento central e, por outro lado, a impossibilidade de uma síntese estatística dessas informações, que indica o limite dos modelos de equilíbrio geral)⁸ e a menção aos limites da intervenção humana, que não obteria de forma deliberada o que consegue de forma espontânea. Esse último elemento será mais elaborado posteriormente, através da oposição entre a ordem espontânea (de mercado) e o planejamento humano (*human design* ou *rational design*), que fundamenta toda uma apreciação sobre ação econômica e política (1973, 1976a, 1979).

Em um segundo texto (Hayek, 1940), os modelos de Lange e Taylor são criticados. Para Hayek, a introdução da competição nos modelos não resolveria os problemas do plano. Conforme Lange (1936-7) sugere, nesse modelo a substituição dos mercados pelo planejamento é possível e operacional (p. 83). É contra esse ponto (e a teoria do equilíbrio geral que o fundamenta) que se volta a crítica de Hayek. A ideia básica em resposta a Lange é a incapacidade de replicação dos mercados por outros mecanismos que não a livre operação do sistema de preços – o mercado não teria substitutos, uma recolocação dos argumentos sobre a dispersão do conhecimento fragmentado. Além desse ponto-chave, há novos argumentos de Hayek, em relação à atuação dos gerentes de produção responsáveis pelo encaminhamento do plano e seu monitoramento, questões relativas a incentivos e a riscos – temas que a Escola Austríaca sugere que teriam antecipado a moderna economia da informação (Caldwell, 1997).

Em um terceiro texto (Hayek, 1945), as teses em relação ao papel do conhecimento na sociedade são apresentadas de forma mais acabada – é exposta a tese da “maravilha do mercado” (p. 87). O conhecimento relevante é relacionado a circunstâncias particulares de tempo e espaço, o sistema de preços é o mecanismo para a comunicação da informação relevante e de coordenação das atividades econômicas. Mais uma vez,

⁸ Lavoie (1985a, p. 87) indica o papel da teoria do conhecimento de Hayek como base de toda a sua elaboração, inclusive da crítica ao planejamento central.

ressalta a impossibilidade de “uma única mente” deter todo o conhecimento (p. 223).⁹ Nesse texto, Schumpeter é criticado pela sua posição no livro *Capitalismo, socialismo e democracia* (p. 222) em relação ao debate sobre plano e mercado.

Após essas intervenções no debate específico sobre o “cálculo econômico sob o socialismo”, Hayek avança na crítica a intervenções públicas ou estatais nas economias capitalistas: critica o keynesianismo (1973) e tentativas de reformas sociais (1976a). Esse caminho de Hayek pode ser captado desde o seu livro *The Road to Serfdom*, no qual é apresentada a sua forte propensão teórica para insinuar que tudo o que interfere com o mercado (incluindo o *New Deal*, políticas keynesianas e o *Welfare State*) tem o potencial de levar a sociedade ao “full-fledged socialism” - como Hayek escreve na introdução da edição de 1956 do livro (Hayek, 1999, p. xxxiv). A lógica dessa mudança do debate sobre o “socialismo” para o debate sobre reformas no capitalismo será explorada adiante.¹⁰

Em textos posteriores (1976a, pp. 107-109; 1978), Hayek explicita uma visão mais geral da ordem de mercado. Os problemas mais importantes dessa elaboração são o seu caráter a-histórico (o mercado seria uma instituição que não se transforma com o tempo) e a ausência de reflexões sobre a natureza da sua relação com o Estado (que esteve na origem dos mercados modernos e persiste com um papel decisivo na abertura de novas áreas para a atuação do mercado).

Em relação à segunda questão, - a associação entre mercado (como ordem espontânea) e complexidade - a posição de Hayek é inequívoca: a complexidade da economia só pode ser adequadamente processada pelo mercado, em função da sua natureza como um organizador e coordenador de milhões de planos individuais e informações dispersas que não são processadas e nem processáveis por nenhuma entidade/instituição central (Hayek, 1945; 1976a, p. 107-109). Porém, historicamente, a crescente complexidade da economia tem se associado ao surgimento de diversas novas instituições não-mercantis para responder aos novos problemas e novas questões que emergem.

⁹ Nesse texto, Hayek considera que é errôneo considerar que “our equilibrium analysis” ... “has direct relevance to the solution of practical problems” (1945, p. 223).

¹⁰ Essa mudança também pode ser acompanhada em Lavoie (1985a, pp. 2-3), que parte da crítica ao “planejamento compreensivo” (modelo stalinista) para a crítica do “planejamento não-compreensivo”, que inclui experiências como a da *Reconstruction Finance Corporation* - criada em 1932 por H. Hoover - e a do MITI japonês.

Possivelmente a limitação do mercado como instituição contribui para a emergência de novas instituições. O padrão de complexidade da economia do tempo de Adam Smith é distinto do atual, tanto em termos da divisão de trabalho quanto da divisão do conhecimento e informação. Para lidar com a crescente complexidade da economia - e a conseqüente multiplicação de atores e de interesses que surgem e se estabelecem - novas instituições são criadas. Essa emergência histórica e dinamicamente circunscreve as áreas de atuação do mercado e reorganiza as funções e o relacionamento entre instituições mercantis e não-mercantis.

Hayek não enfatiza a história do mercado e suas interações com outras instituições, em especial, com o Estado. Braudel (1979, p. 192) ressalta a existência de transformações significativas no que ele chama de “complexo de mercado” – o mercado tem história e não é uma instituição estática, que se repete sem transformações. Embora em Hayek o papel da mudança é importante, esta ocorre no interior do mercado: o sistema de preços é definido por Hayek (1945, p. 219) como “a kind of machinery for registering change”. Na visão de Hayek, ao contrário do que Braudel considera, essa maquinaria parece estar imune a mudanças.¹¹

Essa associação entre mercado e complexidade se tornou uma espécie de dogma, com forte difusão e influência até mesmo entre proponentes de alternativas socialistas. Se essa associação fosse direta e incontestável, o desenvolvimento histórico não teria gerado novas instituições para lidar com essa crescente complexidade e para inclusive ampliar essa complexidade da sociedade e da economia. A posição de Hayek relativa ao dinheiro, na qual sugere o fim do que ele chama de “monopólio estatal” da emissão de papel-moeda, seria uma demonstração da sua subestimação da complexa construção de instituições para lidar com a emissão monetária e a administração de seus problemas (Hayek, 1976b).

Enfim, ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo, a crescente complexidade da economia e da sociedade determinou o surgimento e o crescimento de inúmeras novas instituições, entre elas o enorme crescimento do Estado e de seu entrelaçamento com as instituições mercantis. A dialética entre mercado e planejamento

¹¹ Pelikan (2003) talvez seja uma formulação explícita desse ponto, ao propor a “pausa evolucionária”, comentada na seção 4, adiante.

utilizada por Arrighi, para descrever o caso dos Estados Unidos no século XX, é certamente bastante complexa. Essa dialética envolve interações “justapostas no espaço”, mas também “sucessivas no tempo”.¹² As interações “sucessivas no tempo” ocorreram como efeito dos saltos do setor público nos tempos de guerra, que repercutem posteriormente em tempos de paz e, por isso, seriam interações mais difíceis de captar.

Os problemas do mercado para o processamento de informações e de conhecimento estão associados a questões tão relevantes e diversas, como o crescimento da firma, que substitui a coordenação de transações pelo mercado por hierarquias, o desenvolvimento de instituições específicas para a geração de novas informações e novo conhecimento, o desenvolvimento de mecanismos públicos e estatais de regulação do dinheiro, instituições para lidar com problemas gerados pela dinâmica mercantil pura para mitigar desemprego e agências especiais para sistematizar informações econômicas e estatísticas. As limitações do mecanismo de mercado para lidar com problemas contemporâneos relativos à mudança climática têm sido reiteradas (Freeman e Soete, 1997, p. 415; Barret, 2009, p. 73).

A ausência de reflexões sobre o processo histórico das economias capitalistas modernas determina a absorção por elaborações inspiradas em Hayek de uma visão teórica sobre o mercado que não contempla as transformações relevantes.

Um elemento decisivo do capitalismo do final do século XX foi o crescimento do peso do conhecimento e da informação na dinâmica econômica - características aprofundadas pela revolução das tecnologias da informação e comunicação (Freeman e Louçã, 2001, capítulo 9). Esse peso crescente traz novos elementos para a análise. Arrow (1962) apresenta um questionamento implícito a Hayek, ao colocar que, quando a informação passa a ser uma mercadoria (especial), há diversos problemas na formulação de que o sistema de preços contém todas as informações necessárias para os agentes. Há ainda severas restrições para a extensão do mercado para áreas como a saúde (Arrow, 1963), além de fortes contradições entre a natureza tendencialmente pública das informações e a propriedade privada delas (Arrow, 1996, pp. 651-652).

¹² Essa distinção entre justaposição espacial e sucessão temporal é utilizada por Marx (1894, tomo 1, p. 188) em outro contexto.

A incorporação na formulação das propostas sobre socialismo da relação hayekiana entre mercado e complexidade é problemática. Em primeiro lugar, essa incorporação desconsidera a crítica dessa associação por diversas contribuições teóricas que apontam como a complexidade crescente da economia tem sido mitigada por novas instituições não-mercantis. Em segundo lugar, ela interdita diversos setores e esferas de decisão à extensão da democracia, ao deixá-los submetidos puramente à lógica do mercado - outro problema na elaboração de Hayek.

2- A ESCOLA AUSTRÍACA, MARX E O “COMUNISMO DE GUERRA”

Lavoie (1985b) é um livro representativo da abordagem da Escola Austríaca – conforme a avaliação apresentada por Kirzner (1988) sobre a sua importância na avaliação da controvérsia do “cálculo econômico socialista”. Esse livro complementa um trabalho anterior, no qual Lavoie (1985a) discute o planejamento em geral, não apenas na URSS.

O tema do trabalho de Lavoie (1985b) é uma rediscussão do debate sobre o cálculo socialista.¹³ Nessa reinterpretação, Lavoie sugere que embora a atenção das discussões sobre a controvérsia tenha se concentrado no debate entre Lange e Hayek, uma primeira rodada entre Mises e Marx teria ocorrido.¹⁴ Por isso, em relação à intervenção de Hayek, Lavoie apresenta um novo balanço do debate e duas contribuições específicas: uma discussão sobre Marx – um autor razoavelmente ausente nos debates sobre o cálculo econômico sob o socialismo e muito pouco discutido por autores da Escola Austríaca - e uma avaliação do período do “comunismo de guerra” em relação aos experimentos de planejamento – período analisado por Mises (1920) na sua influente intervenção inicial.

Na sua primeira contribuição específica, Lavoie (1985b, pp. 28-47) apresenta um capítulo intitulado *Marx's socialism: the critique of rivalry* (capítulo 2). Para Lavoie

¹³ A profusão de avaliações desse grande debate chegou a um ponto que é possível e útil a redação de um artigo específico sobre o debate em torno do debate - a primeira rodada do grande debate, de acordo com a periodização proposta anteriormente (Albuquerque, 2008). Interpretações como Murrell (1983), Caldwell (1997), Boettke (2001), Stiglitz (1994), Howard e King (1992), entre outras, levantam diversos pontos e geram uma controvérsia rica teoricamente.

¹⁴ O que implica em uma divisão de trabalho entre Mises (que teria focalizado a visão de Marx sobre planejamento central) e Hayek (que teria redirecionado a discussão para o socialismo de mercado) (Lavoie, 1985b, p. 50).

(1985b, p. 29), Marx tinha uma ideia bem definida sobre as características principais da sociedade socialista. Na crítica aos socialistas utópicos, sugere Lavoie, Marx teria desenvolvido um método para examinar a sociedade socialista. Isso é uma crítica de Lavoie aos autores que argumentam que Marx teria escrito pouco sobre o socialismo (ver seção 6.1). Para Lavoie, “[i]n many respects, where *Das Kapital* offers us a theoretical ‘photograph’ of capitalism, its ‘negative’ informs us about Marx’s view of socialism. Thus, contrary to the standard idea that Marx only talked about capitalism, I am arguing that there is implicit throughout Marx’s writings a single, coherent, and remarkably consistent view of socialism” (1985b, p. 30). Por isso, explicita Lavoie (1985b, p. 30), “... Marx taught that implicit in his negative critique of capitalism are all essentials of his positive theory of socialism”.

Por isso, todos os estudos de Marx sobre o capitalismo teriam por objetivo compreendê-lo para, a partir do negativo de suas características estruturais, definir as características constitutivas do socialismo. O roteiro de Lavoie sobre Marx está organizado em torno da oposição entre a “produção social anárquica” do capitalismo e a “produção conscientemente organizada” do socialismo. Ou seja, a partir do método do socialismo como o negativo do capitalismo, a abolição do mercado assumiria uma característica chave do socialismo na visão de Marx: Lavoie chega a sugerir que a crítica de Marx do capitalismo está fortemente interligada com seu “conceito de planejamento econômico central” (1985b, p. 39). É interessante observar que o outro autor amplamente citado por Lavoie (1985b, p. 40) é Bukharin, em sua fase de “comunista de esquerda”. Nesta fase, ele, de certa forma, buscou sistematizar as características do período como um caminho na transição ao socialismo – uma formulação teórica apressada e pouco crítica em relação às condições históricas peculiares ao período. Malle (1985, p. 8) descreve o principal trabalho de Bukarin no período como uma racionalização da organização econômica do comunismo de guerra. Lavoie (1985b, p. 40) justifica o uso das referências de Bukharin porque, no momento em que Mises escreveu o seu ensaio, ele seria o teórico marxista mais importante. Essa conexão teórica pode ser mais bem compreendida a partir da segunda contribuição específica de Lavoie.

A segunda contribuição ao debate está relacionada a uma implementação do método de Marx: segundo Lavoie (1985a), o período do “comunismo de guerra” é o

experimento mais completo para a implementação do projeto socialista de Marx - como uma experiência prática do planejamento (p. 49), e como o melhor exemplo de implementação de um “planejamento compreensivo” (p. 238).

Essa interpretação é interessante para a compreensão do horizonte teórico da Escola Austríaca, porque ilumina a influência, em termos da história do pensamento econômico, do texto clássico de von Mises (1920). Neste texto, von Mises estava discutindo a economia existente na Rússia naquele momento – a fase do *comunismo de guerra*. Como é conhecido, entre as características daquela fase está a forte desmonetização da economia, a ausência de mecanismos de mercado em operação e um fortíssimo controle estatal das atividades econômicas (Nove, 1992). A influência do texto de von Mises sobre toda a elaboração da Escola Austríaca acerca do socialismo é inegável (Kirzner, 1988), o que pode ter implicado na persistente associação, na elaboração dessa escola, entre socialismo e as características específicas do *comunismo de guerra*. A interpretação de Lavoie (1985a, 1985b) explicita essa visão. Por sua vez, Lavoie é influente sobre a agenda de pesquisas da Escola Austríaca: Boettke (2001, pp. 105-139) busca identificar nas características da economia do *comunismo de guerra* uma confirmação da interpretação de Marx do socialismo como negativo do capitalismo. Segundo Boettke (2001, p. 114), “[t]he policies of War Communism represent the conscious and deliberate attempt to realize Marx’s utopia”.

Um subproduto dessa abordagem é a abertura (ou re-abertura) de discussões em relação a esse período da história econômica da URSS, particularmente contestando a posição de estudiosos da URSS como Carr (1953), Nove (1992), Cohen (1973) e Lewin (1974) que avaliam o peso de circunstâncias históricas muito específicas na origem do período e nas suas características econômicas (ver Boettke, 2001, pp. 105-107).¹⁵

Dada a influência da experiência do “comunismo de guerra” na formação do modelo stalinista de economia de comando (Lewin, 1974), é possível sugerir que a Escola Austríaca desenvolveu-se na crítica de um modelo específico de organização

¹⁵ A discussão crítica dessas duas posições é importante e necessária, mas ultrapassa os limites desse capítulo. Em uma avaliação recente da trajetória geral do processo histórico da URSS (em contraste com a China), Perry Anderson (2010) contribui para o entendimento das peculiaridades do período pós-revolucionário (e das diversas possibilidades alternativas de desenvolvimento histórico). Um elemento definidor da trajetória da revolução russa é a sequência entre a revolução e a guerra civil – enquanto na Rússia essa foi a ordem, na China ocorreu o inverso (a revolução foi posterior à guerra civil). Essa sequência tem enorme repercussão sobre o desdobramento do processo revolucionário.

econômica (comunismo de guerra e economia de comando stalinista). Dessa origem teórica podem ser derivados diversos problemas metodológicos decorrentes de uma extrapolação de características econômicas específicas dessa organização social para outras formas existentes ou potenciais de organização social e econômica. Daí o descaso das elaborações da Escola Austríaca com críticas de esquerda ao modelo stalinista.

A avaliação de Lavoie sobre a visão de Marx tem implicações sobre a questão da tecnologia. Para Lavoie (1985b, p. 34), há uma incompatibilidade entre duas características da visão de Marx sobre socialismo: não é possível compatibilizar planejamento central e sistemas econômicos tecnologicamente avançados, globalmente integrados e altamente produtivos. A associação entre a organização não-planejada da produção no capitalismo e sua tecnologia avançada e altamente produtiva forçaria ao abandono da visão de Marx de socialismo por ser utópica. Essa passagem é influente, tendo sido incorporada por Howard e King (1994) e Pollin (1995). Essa associação será discutida adiante (seção 4).

A discussão sobre Hayek e a Escola Austríaca (seções 1 e 2) ressalta quatro argumentos que influem no formato das diversas propostas atuais sobre o socialismo: 1) o “problema do conhecimento” determina o papel dos mercados em qualquer proposta de socialismo; 2) socialismo é entendido como o sistema econômico do comunismo de guerra e do modelo stalinista;¹⁶ 3) Marx não é um autor relevante na discussão do socialismo; 4) a crescente complexidade da economia e a natureza do progresso tecnológico determinam a permanência do mercado ou a impossibilidade de uma sociedade socialista.

3- SOCIALISMO DE MERCADO NA RODADA ATUAL

Na rodada atual sobre o socialismo há uma profusão de propostas mais circunscritas, como as discutidas nos seminários do projeto *Real Utopias*, coordenado por E. O. Wright, no MIT: Bowles e Gintis (1998), Ackerman, Allstott e van Parijs (2006); Fung e Wright (2003); Cohen e Rogers (1995), Fung et al. (2001). Por um lado, essas

¹⁶ A associação entre stalinismo e socialismo é explicitada em Hayek (1944, p. 32), que também se esforça para associar socialismo com o nazi-fascismo. Para Hayek (1944, p. 6), “the rise of fascism and nazism was not a reaction against the socialist trends of the preceding period, but a necessary outcome of those tendencies”.

propostas sinalizam a persistência de problemas sociais importantes nos países capitalistas avançados, ao representarem esforços de superação da pobreza, da privação, de mortes evitáveis e desigualdades persistentes e crescentes.¹⁷ A persistência desses problemas no interior do país mais desenvolvido é uma demonstração da incapacidade do capitalismo, mesmo como uma economia mista, em resolver esses problemas básicos da sociedade contemporânea. Por outro lado, essas propostas sugerem uma maior especialização acadêmica na discussão de alternativas ao tratamento de temas mais localizados (renda básica, dotação de recursos, poder dos fundos de pensão, democracia local). Essa especialização tem um papel na renovação da elaboração programática.

Entre as propostas mais gerais, é possível considerar que o modelo de Roemer (1994, 1996) teria conquistado mais representatividade nos últimos anos, transformando-se em uma referência para outras discussões (Pollin, 1995; Blackburn, 2002). Por sua vez, a influência de Hayek e da Escola Austríaca sobre a elaboração de alternativas socialistas é cristalizada por Burczak (2006), com uma proposta de socialismo hayekiano. O restante desta seção discutirá as propostas de Roemer e de Burczak.

3.1- ROEMER E O SOCIALISMO DE AÇÕES

Para Roemer (1994), os modelos da atual fase dos debates (“quinta geração” na sua cronologia) parte de duas circunstâncias. Em primeiro lugar, “[n]ot only the proponents of market socialism retracted Lange’s insistence that industrial prices be set by the planners instead of the market, but they have also dispensed with public ownership (in the sense of exclusive state control)” (1994, p. 33). Em segundo lugar, “Kornai’s and Hayek’s point has been accepted, that as long as governments cannot credibly commit itself to noninterference in the competitive process, managers will not be profit maximizers and economic inefficiency will result” (p. 34). Em terceiro lugar, esses modelos de quinta geração seriam socialistas porque as firmas não são propriedade privada (p. 34).

A discussão de Roemer é bem informada em termos das mudanças mais importantes do capitalismo ao longo do século XX, com referências ao crescimento do setor público, a experiências de redistribuição de renda (países nórdicos), a ampla

¹⁷ Para uma apresentação geral de propostas em discussão, ver Miguel (2006).

intervenção do governo no caso dos “milagres” da Coréia do Sul e de Taiwan, ao aprendizado para lidar com complexos problemas de “agente-principal” nas grandes sociedades anônimas e ao reconhecimento teórico da possibilidade de desemprego em economias em equilíbrio (pp. 35-36). Há também o reconhecimento de que no Japão e nos “tigres asiáticos” existe uma combinação entre plano e mercado (p. 3).

O modelo tem quatro atores econômicos (Roemer, 1994, pp. 19-20): 1) cidadãos adultos; 2) firmas públicas (que não são propriedade estatal) – todas as grandes firmas devem pertencer a esse setor; 3) fundos mútuos; 4) tesouro estatal. Em outra passagem, Roemer (1994, p. 78) discute a existência de pequenas firmas privadas como um elemento importante para o dinamismo tecnológico da economia. Porém, Roemer sugere um estatuto que requeira a nacionalização das empresas privadas que alcancem um determinado tamanho, nacionalização que preveniria a emergência de uma classe de capitalistas capaz de influenciar a política e a economia em função do seu poder econômico sobre parcelas significativas dos meios de produção (1994, p. 79);

Todos os cidadãos adultos recebem do tesouro estatal uma dotação igual de cupons. Esses cupons podem ser usados para comprar ações de fundos mútuos, que por sua vez podem comprar ações das firmas públicas, utilizando-se apenas esses cupons (dinheiro não compra ações e os cupons não podem ser trocados por dinheiro) (Roemer, 1996, p. 20). Há nessa economia bolsa de valores para os cupons, com duas das três funções da bolsa de valores no capitalismo: o preço das ações das firmas em termos de cupons sinaliza o que se espera do desempenho da firma e permite aos cidadãos a escolha de como lidar com o risco. A terceira função, o levantamento de capital, é realizada por bancos públicos (Roemer, 1994, p. 76). Não há herança dos cupons, que retornam para o tesouro estatal com a morte do seu detentor.

Em um capítulo sobre planejamento do investimento (Roemer, 1994, pp. 95-108), a referência é o planejamento indicativo da França, do MITI japonês e das políticas tributárias escandinavas, além da experiência do planejamento do investimento em Taiwan – a referência é Wade, 1990. Na discussão teórica, Roemer combina o modelo de Lange (empréstimos subsidiados pelo governo) e a experiência de Taiwan. No cenário

internacional, Roemer (1994, p. 82) considera que devam existir limites à exportação de capital.¹⁸

No capítulo final do *A future for socialism*, Roemer (1994) reconhece a baixa viabilidade política da proposta para os países capitalistas avançados. Nestes países, argumenta, as mudanças poderiam vir mais por concessões à-la social-democracia do que pela nacionalização de ativos privados – embora catástrofes econômicas possam eventualmente abrir espaço para essa proposta (p. 129). A proposta seria mais viável em países em desenvolvimento democráticos, como o México e o Brasil (p. 129).

3.2- BURCZAK E O SOCIALISMO HAYEKIANO

A motivação básica da proposta de Burczak é reorganizar a discussão sobre o socialismo de forma a levar em conta as críticas de Hayek, o que eleva as críticas de Hayek e a sua visão de mercado como uma referência para balizar e avaliar propostas. Por isso, “Post-Hayekian socialism must inevitably be market socialism; national economic planning is a dubious ambition for the future of socialism” (p. 13). Essa preocupação leva ao persistente esclarecimento de que o processo de mercado deve atuar efetivamente, como quer Hayek (p. 137). Há uma crítica ao modelo de Roemer derivada do papel dos bancos públicos no direcionamento dos investimentos. Burczak explicita: “[t]his attribute of Roemer’s model is more evidence that he has not grasped the essentials of Hayek’s economics” (p. 129).

Burczak desagrega o “problema do conhecimento” de Lavoie em duas dimensões: uma factual (*factual knowledge problem*) e outra ética (*ethical knowledge problem*). A dimensão factual é equivalente à discussão de Hayek sobre a informação dispersa e a impossibilidade do planejamento central. A dimensão ética é uma espécie de subproduto desse problema, aplicado à avaliação das consequências de intervenções de agentes governamentais sobre resultados do processo de mercado.¹⁹ Segundo Burczak (2006, p. 2), “[W]henever government officials attempt to alter the distribution of income or

¹⁸ Uma contribuição teórica adicional desse modelo é a inclusão dos chamados “*public bads*”, que são gerados pelo processo produtivo capitalista. A inclusão dessa variável na avaliação do modelo é importante em nosso tempo de enormes problemas ambientais.

¹⁹ Hayek (1976a, pp. 67-70) discute a inaplicabilidade do conceito de justiça para os resultados da “ordem espontânea”.

wealth; they are imposing their subjective values on others”. Esse aspecto é um obstáculo hayekiano para a construção de um sistema de bem-estar, esclarece Burczak.

As três fontes para a proposta de socialismo de Burczak (2006, p. 4) são Hayek (com a sua elaboração sobre o processo de mercado), Marx (re-elaborado pela abordagem pós-moderna da “Escola de Amherst”, para os temas da produção e exploração) e Sen e Nussbaum (para uma teoria aristoteliana de capacitações).

A estratégia de elaboração de Burczak parte de uma avaliação da elaboração de Hayek (nos capítulos 2, 3 e 4), basicamente para fundamentar teoricamente os dois problemas do conhecimento. Nessa elaboração, há uma especial atenção aos conceitos de Hayek relativos à ordem espontânea de mercado e o *rational design* – cujo contraste é tão importante na coletânea editada em 1982 como *Law, legislation and liberty*. Nesse capítulo há uma interessante crítica à visão jurídica de Hayek, baseada em um diálogo com a tradição do “realismo legal” - o papel da *common law* como única base aceitável para a definição das regras da lei (Burczak, 2006, pp. 59-66). Esse é um ponto forte do livro.

Posteriormente, a discussão volta-se para as teorias de justiça social, quando Burczak introduz a elaboração de Sen e Nussbaum (capítulo 6). A elaboração desses autores é utilizada como contraposição a Hayek (p. 91), dadas as dificuldades advindas da consistência entre a sua visão sobre igualdade e formas de privação como a fome. A estratégia aqui é demonstrar a superioridade da abordagem em torno de capacitação sobre a visão utilitarista de justiça social. Uma debilidade do trabalho de Burczak, nesse capítulo, é em relação aos sistemas de bem-estar social. Às vezes, trata dos sistemas de bem-estar como se fossem restritos ao modelo anglo-saxão, basicamente *means-tested* – e, portanto, aberto à ação discricionária de agentes do governo – explorando pouco a natureza universalista dos modelos nórdicos. Pelos critérios apresentados por Burczak, os sistemas de bem-estar social nórdicos passariam pelo teste do *ethical knowledge problem*. Nussbaum é citada para sugerir essa característica dos sistemas nórdicos (pp. 97-98).

O próximo passo é a discussão do fim da exploração, com uma atribuição de um papel central para as empresas autogeridas por trabalhadores, que seriam os proprietários dessas empresas. Aqui, o diálogo é com Vanek, que propõe uma emenda constitucional que proíba o trabalho assalariado (Burczak, 2006, p. 118) e com Bowles e Gintis (1998),

que propõem a transferência da propriedade para os trabalhadores, instaurando a autogestão nas empresas. Com essas medidas, os trabalhadores se apropriariam inteiramente do produto de seu trabalho, superando a exploração discutida por Marx. As firmas autogeridas e de propriedade dos trabalhadores teriam diversas características positivas, incluindo uma maior capacidade de gerar progresso tecnológico, pois “capitalists firms often do not provide incentives to all employees to notice and to report improvements in a firm’s technology” (p. 119).

No capítulo seguinte (capítulo 7), Burczak incorpora a proposta de Ackerman e Allstot (2006) de uma *stakeholder society*. Essa proposta implica em uma distribuição de riqueza – todos os cidadãos dos Estados Unidos receberiam uma dotação (em torno de US\$ 100 mil), montante calculado de forma a financiar a educação superior. Na fundamentação pró-mercado dessa proposta, está presente a ideia de maior igualdade de oportunidades, que seria importante para o funcionamento mais adequado dos processos de mercado.

A partir dessa exposição, pode Burczak, no capítulo final (capítulo 8), sintetizar a sua proposta de *socialism after Hayek*: “[L]abor appropriation (in democratic, self-managed firms) is a necessary feature of what I have called ‘socialist appropriative justice’....Prohibiting wage labor and capitalist appropriation and replacing them with worker self-management and labor appropriation will end the legal alienation of workers’ factual responsibility for production. Worker appropriation in cooperative enterprises fosters human dignity and is consistent with Marx’s call to abolish the wages system. If labor-appropriating cooperatives operate in an environment where separate individuals own productive property and markets are effectively free, then, in principle at least, a system of labor appropriating firms can be a socialist form of economic organization that avoids Hayekian knowledge problems” (pp. 138-139).

Burczak (2006) ressalta os elementos de síntese que sua proposta contém, sempre com o objetivo de preservar os mercados competitivos: “[I]f some version of Ackerman and Alstot’s stakeholder society were adopted and if some form of Vanek’s amendment were in place, worker self-management might work well in the context of a competitive market process” (p. 140).

Finalmente, a similaridade à proposta de Bowles e de Gintis (1998) é reconhecida: um socialismo de mercado que contenha democracia no local de trabalho e distribuição de ativos (p. 144).

3.3- UM BALANÇO PRELIMINAR

As propostas aqui apresentadas e/ou discutidas demonstram a vitalidade dos debates em torno de alternativas ao capitalismo nos países desenvolvidos. É importante ressaltar que todas as propostas aplicam-se diretamente a esse conjunto de países.

As propostas baseiam-se em aspectos tão diversos como renda básica (van Parijs), distribuição de dotações (Ackerman e Alstott), autogestão de empresas (Bowles e Gintis), diversificação de formas de democracia (Cohen e Rogers), propriedade pública de grandes empresas (Roemer) e proibição constitucional do trabalho assalariado (Burczak). Essa diversidade pode ser lida como um indicativo das múltiplas fontes de problemas e de desigualdade no capitalismo avançado.

Todas as propostas são profundamente influenciadas pelas rodadas anteriores do debate sobre plano e mercado. É notável a influência das posições de Hayek e da Escola Austríaca sobre essas elaborações, com o resultante peso dos processos de mercado em todas as propostas apresentadas.

As propostas mais abrangentes de Roemer e Burczak têm em comum o baixo realismo político: apesar de todo o esforço no sentido de preservar a operação real dos mercados, implicam no fim imediato do formato atual da propriedade privada dos meios de produção nos Estados Unidos – as empresas serão públicas (Roemer) ou propriedade dos trabalhadores em autogestão (Burczak). Certamente, o caráter acadêmico das propostas limita as preocupações com viabilidade política. Ellen Wood (1995) e Susan Watkins (2010) comentam a separação entre as propostas de alternativas, o debate acadêmico e o movimento social.

As duas propostas têm uma diferença em termos da proximidade com os interlocutores da primeira rodada dos debates sobre plano e mercado: Roemer é da tradição de Lange, Burczak busca uma alternativa que envolva Hayek.

Finalmente, todas as propostas, sejam as mais localizadas (*stakeholder society*), sejam as mais gerais (Roemer e Burczak) são propostas nacionais, que implicam em

discriminação de imigrantes, pois apenas os cidadãos com residência legal teriam acesso a esses direitos e dotações (Burczak, 2006, p. 132).²⁰

4- UMA NOTA SOBRE O PAPEL DA TECNOLOGIA NESSE DEBATE

O papel do progresso tecnológico na sustentação tanto da impossibilidade da superação do capitalismo quanto na fundamentação de diversas posições de socialismo de mercado está em completa contradição com a interpretação de Rosdolsky. O método sugerido por este autor para tratar da transição envolve a identificação do progresso tecnológico como um dos pré-requisitos para a superação da “barreira do valor”, assim como um elemento de demonstração da possibilidade do socialismo. Rosdolsky ressalta também que, na medida em que o capitalismo avança, as bases tecnológicas para tal transição se ampliam, pois “hoje, o desenvolvimento técnico chegou a um ponto no qual os trabalhadores poderão finalmente se libertar das ‘serpentes dos seus tormentos’” (Rosdolsky, 1968, p. 356).²¹ Para a sustentação da posição da tecnologia como um elemento de interdição da possibilidade da superação do capitalismo, como discutido nas duas seções anteriores, a influência teórica da Escola Austríaca não pode ser subestimada.

Dois exemplos ilustrativos dessa influência são Hodgson (1999) e Howard e King (1994).

Hodgson (1999, p. 46), que expressa a influência de Hayek nesses debates, afirma: “A crucial and widespread problem with all proposals – whether bureaucratic or democratic – for all-embracing socialist planning, concerns the scope for novelty, innovation, learning and change. These issues emerged at the centre of the Austrian contribution to the socialist calculation debate”.

Howard e King (1994), por sua vez, atribuem à capacidade tecnológica do capitalismo (p. 143) uma razão da impossibilidade de uma alternativa socialista, apoiando-se em Hayek e Lavoie (1985b).

Porém, esse ponto vai além de autores diretamente ou explicitamente influenciados pela elaboração de Hayek e da Escola Austríaca.

²⁰ Miguel (2006, p.106) destaca esse ponto com muita propriedade em sua avaliação da proposta de van Parijs.

²¹ Na mesma linha de raciocínio está a elaboração de Mandel (1967), com um capítulo no qual discute “os *Grundrisse* e a dialética do tempo de trabalho e tempo livre”.

A capacidade de o capitalismo gerar progresso tecnológico, bem como a associação entre mercado e inovação, são sempre apresentadas como argumento decisivo para a crítica da possibilidade do socialismo. Esse é um argumento central na posição de Pelikan (1988) e de Rosenberg (1992). Stiglitz (1994, p. 152) também apresenta esse argumento, nesse caso para justificar o papel do mercado nos modelos de socialismo. Roemer (1996, p. 8), por sua vez, também aceita tal associação: “the dynamic efficiency with which markets are often credited – that they produce innovations in technology and commodities more effectively than any other economic mechanism could...”.

A posição de Pelikan (1988), dada a sua presença em uma obra teórica de referência da abordagem evolucionista (Dosi et al., 1988), merece uma discussão mais cuidadosa. Na medida em que esse trabalho de Pelikan conclui a Parte V do livro de Dosi et al. (1988), relativa aos sistemas nacionais de inovação, a pergunta do título é relevante: “Can the imperfect innovation systems of capitalism be outperformed?” A resposta de Pelikan é negativa. Para ele, “the superior regimes, promoting technical progress better than all other regimes, belong to the class of capitalist regimes – that is, regimes allowing for private ownership of capital, transferable through capital markets” (1988, pp. 389-393). A razão para isso, desenvolve Pelikan, envolve a alocação de “competência econômica”, tarefa da “auto-organização econômica”: “economic self-organization cannot be optimally planned in advance, but must involve experimentation through associative trials and errors” (p. 390). Isso envolve “the generation of associative trials and the elimination of subsequent errors or, alternatively, the selection of successes”.²²

A influência de Hayek, nesse texto de Pelikan, também é perceptível – talvez fique mais clara em texto posterior (Pelikan, 2005). Em um livro com a importância e a ambição de Dosi et al. (1988), deve ser observado o tratamento ligeiro dado a autores como Marx e Schumpeter no texto de Pelikan - que trataria de alternativas socialistas. Afinal, Schumpeter (1942) tem uma avaliação sobre o destino do capitalismo, sobre a

²² A posição do editor da parte relativa aos sistemas de inovação no livro de Dosi et al. (1988), Richard Nelson, pode ser interpretada como um distanciamento elegante. Nelson, na introdução da Parte V, anota o ponto que considera mais importante no capítulo de Pelikan (a crítica de Pelikan à incapacidade gerencial dos responsáveis pelas empresas socializadas) mas ressalta como ausentes temas como os problemas existentes para a dinâmica estritamente mercantil e toda a discussão realizada nos demais capítulos do livro. Em outro trabalho (Nelson, 2005), no qual discute temas relacionados ao capítulo de Pelikan, é notável a inexistência de qualquer referência a esse trabalho. Essas indicações podem sinalizar um relativo desconforto de Nelson com a elaboração de Pelikan.

viabilidade do socialismo (nos países maduros para tal experiência) e sobre a possível superioridade tecnológica do socialismo sobre o capitalismo. Esses temas não são tratados por Pelikan (1988), que ilustra empiricamente a superioridade do sistema capitalista a partir de comparações com a URSS (país avaliado por Schumpeter como não maduro para um experimento socialista).

Para um trabalho em um livro associado a uma abordagem evolucionista da economia, seria bastante curiosa a definição do sistema capitalista como o fim da evolução econômica. Aliás, outro texto Pelikan (2005) trata desse tema e chega a uma formulação paradoxal em termos evolucionários – a defesa de uma “pausa evolucionária” (p. 255). Essa pausa seria justificada porque “evolution is less a process of incessant change than a search for workable solution, and may therefore stop, or at least take a long pause, whenever such a solution is successfully found” (p. 255). A economia capitalista contemporânea teria alcançado essa posição (p. 256).

Dessa forma, há uma possível associação entre os dois textos de Pelikan: o autor (1988) nega a possibilidade de sistemas de inovação mais produtivos do que os “imperfeitos sistemas capitalistas de inovação”, pois ele (2003) afirma que a evolução deve tomar uma pausa. Fica aí uma contradição importante: uma economia evolucionista sem evolução, em termos de sistemas econômicos. Para essa pausa evolucionária, a justificativa é a elevada taxa de mudança tecnológica no capitalismo (p. 256).²³

Enfim, em diversas abordagens, a capacidade do capitalismo de gerar progresso tecnológico é sempre apresentada como argumento decisivo para a crítica da possibilidade do socialismo (esse é um argumento central na posição de Pelikan, 1988).

Há nessas colocações um elemento curioso. Afinal, essa visão sobre tecnologia e a sua relação imediata e não qualificada com o mercado é uma peça central seja para justificar a impossibilidade do socialismo (Lavoie, 1985b, p. 34; Pelikan, 1988; Howard e King, 1994, p. 143) seja para sustentar teoricamente o papel do mercado nos diversos modelos de socialismo de mercado (Roemer, 1996, p. 8; Hodgson, 1999, p. 46; Stiglitz, 1994, p. 152).

²³ Uma questão para avaliação posterior é relativa à possível influência de Pelikan (1988) na contenção da capacidade crítica da elaboração neo-schumpeteriana e no estímulo a uma ênfase exagerada na limitação de todas as discussões dessa importante corrente teórica aos limites do sistema capitalista.

O problema principal dessa visão é o descaso com os estudos da economia da tecnologia, em especial as investigações a partir do conceito de sistemas nacionais de inovação, que ressaltam como o progresso tecnológico é produto, não apenas do mercado, mas de um complexo arranjo institucional que envolve muito mais do que o mercado. O vigor do progresso tecnológico das economias avançadas é consequência de uma singular interação entre instituições governamentais, não-governamentais e o mercado - interação tão forte que chega a caracterizar a moderna economia capitalista como uma economia mista, e não puramente mercantil. Esse complexo arranjo institucional é posto de lado na avaliação do progresso tecnológico nas sociedades capitalistas desenvolvidas e na discussão de proposições e de avaliações de longo prazo das sociedades capitalistas. Ou seja, as realizações do capitalismo como uma economia mista (Nelson, 2009) e da singular combinação entre plano e mercado existente no capitalismo moderno (Arrighi, 1994) são todas atribuídas apenas ao mercado. Essa postura teórica e histórica perpassa boa parte das elaborações relativas à impossibilidade do socialismo e sobre o socialismo de mercado.

Nesse ponto, a contribuição dos neo-schumpeterianos é importante. Não parece ser causal, portanto, a reprimenda que Kirzner (1988, p. 16) faz em relação à visão de Richard Nelson sobre a natureza do progresso tecnológico no capitalismo moderno.

Uma discussão cuidadosa da natureza do progresso tecnológico no capitalismo contemporâneo é importante porque prepara a elaboração sobre o papel do arranjo institucional, sintetizado pelo conceito de sistema de inovação, como um dos “germes visíveis” do socialismo.

5- EM BUSCA DE NOVOS TERMOS PARA O DEBATE

A resenha crítica apresentada neste artigo é uma introdução à busca de novos termos para o debate sobre alternativas ao capitalismo (Albuquerque, 2010). A revisitação do debate entre Barone, Mises, Lange e Hayek é necessária, mas limitada, pois abarca apenas um dos seis tópicos apresentados na introdução deste artigo.

O debate sobre a possibilidade do socialismo deve ser retomado a partir de novos termos. Em primeiro lugar, há a discussão acerca da necessidade do socialismo – corolário da persistente incapacidade do capitalismo como sistema mundial de resolver os

problemas mais elementares da humanidade e da persistente capacidade de criar, consolidar e ampliar desigualdades de renda e riqueza. Em segundo lugar, é necessário lidar com os novos problemas criados pela persistência do sistema capitalista, inclusive os problemas ambientais. Em terceiro lugar, é necessário sistematizar as mudanças que foram realizadas no capitalismo, em sua dinâmica de transformações tecnológicas, financeiras e institucionais. Em quarto lugar, dada a necessidade de discutir alternativas ao capitalismo, é necessário avaliar qual o método mais adequado para tratar de tal transição. Finalmente, se uma alternativa socialista é possível, ela deve necessariamente estar contida, como potencial, em desenvolvimentos identificáveis na atual sociedade, resultante da dinâmica global do próprio sistema capitalista e das complexas interações com dois séculos de lutas sociais.

REFERÊNCIAS

- AARONS, E. . *Hayek versus Marx: and today's challenges*. London: Routledge, 2009.
- ACKERMAN, B.; ALSTOTT, A.; van PARIJS, P.. *Redesigning redistribution*. London/New York: Verso, 2006.
- ADAMAN, F.; DEVINE, P. . On the economic theory of socialism. *New Left Review*, n. 221, pp. 54-80, 1997.
- ALBUQUERQUE, E.. Lições da tragédia: limites e contradições do progresso tecnológico na União Soviética. In: PAULA, J. A. (ed.) *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 253-273, 2005.
- ALBUQUERQUE, E. . Plano X mercado na história do pensamento econômico: quatro rodadas de um grande debate. *Estudos Econômicos*, v. 38, n. 2, 2008, pp. 373-395, 2008.
- ALBUQUERQUE, E. A Agenda Rosdolsky. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 2010.
- AMSDEN, A. H.. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. New York/Oxford: Oxford University, 1989.
- ARRIGHI, G. (1994). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp (1996).
- BARDHAN, P.; ROEMER, J.. Market socialism: a case for rejuvenation. *Journal of Economic Perspectives*, v. 8, n. 2, pp. 101-116, 1992.
- BARRET, S.. The coming global climate technology revolution. *Journal of Economic Perspectives*, v. 23, n. 2, pp. 53-75, 2009
- BLACKBURN, R.. Fin de siècle: socialism after the crash. *New Left Review*, n. 185, pp. 5-66, 1991.
- BOETTKE, P.. *Calculation and coordination: essays on socialism and transitional political economy*. London: Routledge, 2001.
- BOWLES, S.; GINTIS, H.. *Recasting egalitarianism*. London/New York: Verso, 1998.
- BRAUDEL, F. (1979). *Civilização material, economia e capitalismo - séculos XV-XVIII*.: Volume 2 - Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes (1996).
- BUCHANAN, J.. Economics in the post-socialist century. *The Economic Journal*, v. 101, pp. 15-21. 1991
- BURCZAK, T.. *Socialism after Hayek*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.
- CALDWELL, B.. Hayek and socialism. *Journal of Economic Literature*, v. 35, n. 4, pp. 1856-1890, 1997.
- CARR, E. H.. *La revolución bolchevique (1917-1923)*. Madrid: Alianza Editorial (3 vols), 1953.
- COHEN, G. A.. *Why not socialism?* Princeton: Princeton University Press, 2009.
- COHEN, J.; ROGERS, J.. *Associations and democracy*. London: Verso, 1995.

- COHEN, S.. *Bukharin and the bolshevik revolution: a political biography, 1888-1938*. Oxford: Oxford University Press, 1973.
- FREEMAN, C.; LOUÇÁ, F.. *As time goes by: from the industrial revolutions and to the information revolution*. Oxford: Oxford University, 2001.
- FREEMAN, C.; SOETE, L.. *The economics of industrial innovation*. London: Pinte, 1997r.
- FRIEDMAN, M. . Introduction. In: HAYEK, F. A. H.. *The Road to Serfdom* (Fiftieth anniversary edition with a new introduction by Milton Friedman). Chicago: The Chicago University Press (1999), pp. ix-xx, 1994.
- FUNG, A.; WRIGHT, E. O. . *Deepening democracy*. London/New York: Verso, 2003.
- GREGORY, P.. *The political economy of Stalinism: evidence from the Soviet secret archives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- GREGORY, P.; HARRISON, M.. Allocation under dictatorship: research in Stalin`s archives. *Journal of Economic Literature*, v. XLIII, pp. 721-761, 2005.
- HAYEK, F. A. (1935). Socialist calculation I: the nature and history of the problem. In: *Individualism and economic order*. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 119-147 (1948).
- HAYEK, F. A. (1937). Economics and knowledge. In: *Individualism and economic order*. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 33-56, 1948.
- HAYEK, F. A. (1940). The competitive solution. In: *Individualism and economic order*. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 181-208, 1948.
- HAYEK, F. A. H. (1944). *The Road to Serfdom* (Fiftieth anniversary edition with a new introduction by Milton Friedman). Chicago: The Chicago University Press 1999.
- HAYEK, F. A. (1945). The use of knowledge in society. In: *Individualism and economic order*. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 77-91., 1948.
- HAYEK, F. A. (1973) Rules and order. In: *Law, legislation and liberty*. Volume 1. London: Routledge, 1982.
- HAYEK, F. A. (1974). The pretence of knowledge. In: NISHIYAMA, C.; LEUBE, K. *The essence of Hayek*. Stanford: Hoover Institution/Stanford University, pp. 266-277, 1984.
- HAYEK, F. A. (1976a). The mirage of social justice. In: *Law, legislation and liberty*. Volume 2. London: Routledge, 1982.
- HAYEK, F. A. (1978). Competition as a discovery procedure. In: NISHIYAMA, C.; LEUBE, K. *The essence of Hayek*. Stanford: Hoover Institution/Stanford University, pp. 254-265, 1984.
- HAYEK, F. A. (1979). The political order of a free people. In: *Law, legislation and liberty*. Volume 3. London: Routledge, 1982.
- HODGSON, G.. *Economics and utopia: why the learning economy is not the end of history*. London: Routledge, 1999.
- HOWARD, M. C.; KING, J. E.. Is socialism economically feasible? An analysis in terms of historical materialism. *Review of Political Economy*, v. 6, n. 2, pp. 133-152, 1994.
- KING, L. P.; SZELÉNYI, I.. Post-communist economic systems. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (eds) *The handbook of economic sociology*. Princeton/New York: Princeton University Press/Russel Sage Foundation (2nd edition), pp.205-229, 2005.
- KIRZNER, I. M. . The economic calculation debate: lessons for Austrians. *The Review of Austrian Economics*, v. 2, n. 1, pp. 1-18, 1988.
- KOOL-WRIGHT; RAYMENT.. The institutional hiatus in economies in transition and its policy consequences. *Cambridge Journal of Economics*, v. 21, n. 5, Sept, 1997.
- KORNAI, J.. *The socialist system: the political economy of communism*. Princeton: Princeton University, 1992.
- KORNAI, J.. What the change of system from socialism to capitalism does and does not mean. *Journal of Economic Perspectives*, v. 14, n. 1, pp. 27-42, 2000.
- LANGE, O. (1936-37.) On the economic theory of socialism. In: LIPPINCOTT, B. E. (ed) *On the economic theory of socialism*. New York: McGraw-Hill (1964).
- LAVOIE, D.. *National economic planning: what is left?* Cambridge, Mass.: Ballinger Publishing Company, 1985a.
- LAVOIE, D.. *Rivalry and central planning: the socialist calculation debate reconsidered*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985b.
- LEWIN, M.. *Political undercurrents in soviet economic debates: from Bukharin to the modern reformers*. Princeton: Princeton University Press, 1974.

- LO, D.; SMYTH, R.. Towards a re-interpretation of the economics of feasible socialism. *Cambridge Journal of Economics*, v. 28, pp. 791-808, 2004.
- MALLE, S. (1985). *The economic organization of War Communism 1918-1921*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- MANDEL, E. . In defense of socialist planning. *New Left Review*, n. 159, Sep.-Oct., pp. 4- 37, 1986.
- MANDEL, E.. *Além da perestroika*. São Paulo: Busca Vida, 1989.
- MIGUEL, L. F. . Utopias do pós-socialismo: esboços e projetos de reorganização radical da sociedade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 61, pp. 91-114, 2006.
- MISES, L. von (1920) Economic calculation in the socialist commonwealth In: NOVE, A.; NUTI, M. (eds) *Socialist economics*. London: Penguin, 1972.
- MUREL, P.. Did the theory of market socialism answer the challenge of Ludwig von Mises? A reinterpretation of the socialist controversy. *History of Political Economy*, v. 15, n. 1, pp. 92-105, 1983
- NELSON, R. (2009) Capitalism as a mixed economic system. New York: Columbia University (unpublished manuscript).
- NOVE, A.. New light on Trostii's Economic Views. *Slavic Review*, v. 40, n.1, 84-97, 1981.
- NOVE, A.. *The economics of feasible socialism*. London: George Allen & Unwin, 1983.
- NOVE, A.. *An economic history of the USSR – 1917-1991*. London: Penguin, Third Edition, 1992.
- NOVE, A.; NUTI, M. (eds). *Socialist economics*. London: Penguin, 1972.
- PELIKAN, P.. Can the imperfect innovation systems of capitalism be outperformed? In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; et al. (eds). *Technical change and economic theory*. London: Pinter, pp. 370-398, 1988.
- PELIKAN, P.. Bringing institutions into evolutionary economics: another view with links to changes in physical and social technologies. *Journal of Evolutionary Economics*, v. 13, pp. 237-258, 2003.
- PRYCHITKO, D. L. . *Markets, planning and democracy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.
- PUTTERMAN, L., ROEMER, J.; SILVESTRE, J.. Does egalitarianism have a future. *Journal of Economic Literature*, v. 39, pp. 861-902, 1998.
- ROEMER, J.. *A future for socialism*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1994.
- ROEMER, J.. *Equal shares*. London/New York: Verso, 1996.
- ROSDOLSKY, R. (1968) *Genesis y estructura de "El Capital" de Marx*. México: Siglo XXI, 1978.
- ROSE-ACKERMAN, S.. Altruism, nonprofits and economic theory. *Journal of Economic Literature*, v. 34, n. 2, pp. 701-728, 1996.
- SCHUMPETER, J. (1942) *Capitalism, socialism and democracy*. New York: HarperPerennial, 1975.
- SHLEIFER, A.; VISHNY, R.. The politics of market socialism. *Journal of Economic Perspectives*, v. 8, n. 2, pp. 165-176, 1992.
- STIGLITZ, J. E. . *Wither socialism?* Cambridge, Mass: MIT, 1994.
- SZELENYI, I.; BECKETT, K.; KING, L. P.. The socialist economic system. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (eds) *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, pp. 234-251, 1995.
- TROTSKY, L. (1937) *A revolução traída*. São Paulo: Global Editora, 1980.
- WADE, R. . *Governing the market: economy theory and the role of government in East Asian industrialization*. Princeton: Princeton University, 1990.
- WRIGHT, E. O.. Compass points: towards a socialist alternative. *New Left Review*, v. 41, Sept/Oct, pp. 93-124, 2006.